

## Dieese alerta para limites da política de juros e impactos da PEC 65 sobre o Banco Central

A inflação dos alimentos continua sendo um dos principais desafios para o orçamento das famílias brasileiras. É o que destaca o mais recente boletim de conjuntura do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que analisa as causas da alta dos preços, os limites da política monetária baseada no aumento dos juros e os impactos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65, que amplia a autonomia financeira e administrativa do Banco Central.

O estudo mostra que, embora a inflação geral esteja relativamente controlada, os alimentos seguem pesando no bolso da população, especialmente das famílias de menor renda. Entre janeiro e maio de 2026, enquanto o IPCA acumulou alta de 3,20%, os alimentos consumidos nos domicílios registraram aumento de 5,68%, aprofundando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores.

Segundo o Dieese, essa pressão não é resultado apenas do aumento da demanda. A inflação dos alimentos está relacionada a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos internacionais, aumento das exportações de commodities, elevação dos custos de produção e concentração de mercado em alguns setores. São fatores que fogem ao alcance da política tradicional de elevação da taxa de juros.

### Juros altos não resolvem inflação causada pela oferta

O boletim chama atenção para os limites da política monetária quando a inflação é provocada por problemas de oferta. Nesses casos, aumentar a taxa Selic pouco contri-

bui para reduzir o preço dos alimentos e ainda produz efeitos negativos sobre a economia.

Entre esses impactos estão o encarecimento do crédito, a redução dos investimentos produtivos, a desaceleração da atividade econômica e a diminuição da geração de empregos. Além disso, os juros elevados aumentam as despesas com o pagamento da dívida pública, reduzindo recursos que poderiam ser destinados a áreas como saúde, educação, infraestrutura e políticas sociais.

Para o Dieese, o combate à inflação exige uma estratégia mais ampla, que inclua fortalecimento dos estoques reguladores, investimentos na capacidade produtiva, políticas cambiais e ampliação da atuação do Estado para reduzir os impactos de choques externos sobre os preços.

### PEC 65 amplia debate sobre o papel do Banco Central

O boletim dedica atenção especial à PEC 65, em tramitação no Senado Federal, que propõe ampliar a autonomia financeira e administrativa do Banco Central.

Na avaliação apresentada pelo Dieese, a proposta vai além de mudanças administrativas. A PEC altera a natureza jurídica da instituição, cria fontes próprias de financiamento, modifica regras de governança e prevê que futuros servidores sejam contratados pelo regime da CLT, deixando de ingressar pelo regime estatutário.

Essas mudanças têm gerado amplo debate entre economistas, entidades representativas dos servidores públicos e centrais sindicais.

Entre as principais preocupações apontadas estão a redução dos mecanismos de controle sobre uma instituição, a utilização direta das receitas de emissão de moeda pelo próprio Banco Central e os possíveis impactos sobre a condução da política monetária.

O Dieese também ressalta que as decisões do Banco Central têm efeitos diretos sobre o custo do crédito, o investimento produtivo, a geração de empregos, o financiamento das políticas públicas e a distribuição da renda. Por isso, defende que o debate sobre política monetária não deve ficar restrito ao mercado financeiro, mas incorporar representantes do setor produtivo e do mundo do trabalho.

### Debate interessa diretamente aos servidores e à sociedade

Para a Condsef/Fenadsef, a discussão apresentada pelo Dieese reforça a importância de acompanhar a tramitação da PEC 65 e seus possíveis efeitos sobre a administração pública, as políticas econômicas e as condições de vida da população.

Ao relacionar a inflação dos alimentos, os limites da política de juros e a proposta de ampliação da autonomia do Banco Central, o boletim evidencia que as escolhas sobre política monetária têm impactos que vão muito além dos indicadores econômicos. Elas influenciam diretamente o emprego, a renda, investimentos nos serviços públicos e o cotidiano da classe trabalhadora.

Fonte: Condsef



## Nota da CUT sobre emenda ao PL que pode enfraquecer a Lei do Racismo

A CUT acompanha com preocupação a aprovação, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, de uma emenda apresentada por parlamentares do Partido Liberal (PL), partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao Projeto de Lei que tipifica a misoginia e a equipara aos crimes previstos na Lei do Racismo.

Embora o projeto tenha como objetivo fortalecer a proteção às mulheres, a emenda aprovada altera a própria Lei do Racismo ao estabelecer que manifestações baseadas em opinião, convicção religiosa,

filosófica, científica, acadêmica ou política não configurariam crime em determinadas situações.

Na avaliação da CUT, essa mudança representa um grave risco à efetividade da legislação antirracista. A redação pode abrir espaço para que pessoas acusadas da prática de racismo aleguem que suas manifestações estavam protegidas como expressão de opinião ou convicção, criando uma brecha jurídica que dificulta a responsabilização por um crime que a Constituição Federal considera inafiançável e imprescritível.

O combate ao racismo não pode ser relativizado. A liberdade de expressão é um direito fundamental, mas não pode ser utilizada para justificar ou proteger manifestações discriminatórias que atentem contra a dignidade das pessoas e reforcem desigualdades historicamente construídas.

A preocupação é ainda maior em relação às mulheres negras, que sofrem simultaneamente os impactos do racismo e

da misoginia. Ao enfraquecer os instrumentos legais de enfrentamento ao racismo, a proposta amplia a vulnerabilidade de quem já enfrenta múltiplas formas de discriminação e violência.

A CUT reafirma seu compromisso com a defesa da democracia, da igualdade racial, dos direitos das mulheres e da proteção integral contra todas as formas de discriminação. O Brasil precisa avançar no fortalecimento das políticas de combate ao racismo e à misoginia, e não criar mecanismos que possam fragilizar a responsabilização por esses crimes.

Seguiremos acompanhando a tramitação da matéria e defendendo que qualquer alteração legislativa preserve os avanços conquistados na proteção dos direitos humanos e na promoção da igualdade racial.

Direção Executiva Nacional  
da CUT



**COMBATER O FEMINICÍDIO É UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA!**  
CAMPANHA PERMANENTE DA CUT DE COMBATE AO FEMINICÍDIO



**CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS E BAIXAR OS MATERIAIS**